

### JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

#### - INSOLVÊNCIA -

##### Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de abril de 2014

##### **Extinção da instância – Homologação – Verificação ulterior de créditos**

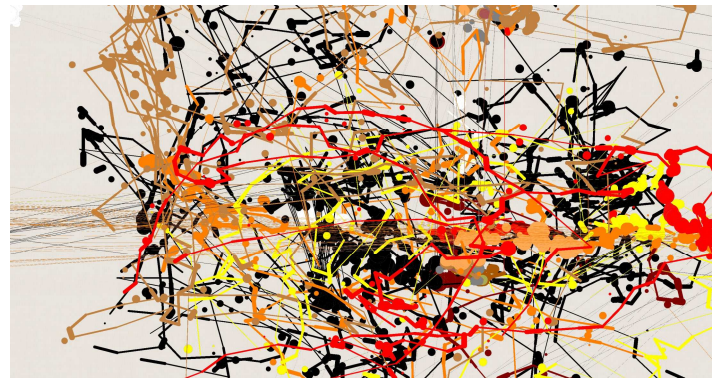
A homologação de um plano de insolvência não importa a inutilidade do processo de verificação de créditos ou das ações ulteriores de créditos, pois que, a sentença de verificação a proferir continua a manter interesse quer como meio de estabilização do passivo do devedor, quer servindo como título executivo a par com a sentença de homologação do plano de insolvência quando haja incumprimento deste. O encerramento do processo de insolvência por aprovação do plano não acarreta a extinção da instância do processo de verificação e graduação de créditos (nem das ações ulteriores de créditos), devendo prosseguir até final, ainda que não tenha sido proferida sentença de verificação.

#### - LABORAL -

##### Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de abril de 2014

##### **Graduação de créditos dos trabalhadores – Privilégio imobiliário**

A norma constante da al. b), do n.º 1, do artigo 333.º do Código do Trabalho, ao dispor que os créditos do trabalhador emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação gozam de *privilégio imobiliário especial sobre bem imóvel do empregador no qual o trabalhador presta a sua actividade, deve ser interpretada no sentido de o bem imóvel onde o trabalhador presta a sua actividade não ser um imóvel resultante da actividade despendida na produção industrial da entidade patronal*, como ocorre nas empresas de construção civil, mas sim um imóvel que faz parte das infra-estruturas produtivas dessa entidade patronal.



##### Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de abril de 2014

##### **Despedimento coletivo – Presunção de aceitação**

Compete ao empregador demonstrar os motivos invocados para a extinção do posto de trabalho. O parecer da CITE não prova os fundamentos invocados pelo empregador. Se, ainda no decurso do procedimento por extinção do posto de trabalho, o trabalhador avisou por escrito o empregador que não aceitava que o montante de compensação lhe fosse transferido para a sua conta bancária, e este não respeitou tal vontade, deve entender-se que se mostra ilidida a presunção de aceitação do despedimento.

#### - PROCESSO CIVIL -

##### Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de abril de 2014

##### **Título para pagamento de rendas – Contrato de arrendamento**

O título executivo previsto no artigo 14.º-A do NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27.02, com as alterações da Lei n.º 31/2012, de 14.08, é restrito ao arrendatário, não se estendendo ao respetivo fiador ainda que tenha intervindo no contrato de arrendamento e renunciado ao benefício da excussão prévia. No caso de se entender que aquela norma permite a formação de título executivo contra o fiador do arrendatário, dever-se-á exigir, por imposição das regras da boa fé e por maioria de razão, que o contrato de arrendamento seja acompanhado de comprovativo da comunicação ao fiador do montante da rendas em dívida, em termos similares ao que a norma

exige relativamente ao arrendatário. Quando se pretenda que a carta integre título executivo para pagamento de rendas ao abrigo do artigo 14.º-A, do NRAU, se a carta for devolvida por ter sido recusada ou não levantada na estação de correios a comunicação não se considera feita, sendo necessário o envio de nova carta registada com aviso de receção, decorridos 30 a 60 dias sobre a data do envio da primeira, considerando-se a comunicação feita no 10.º dia posterior ao envio da segunda carta se ela for devolvida por ter sido recusada ou não ter sido levantada na estação de correios.

#### [Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de abril de 2014](#)

##### **Junção de documentos – Aplicação da lei no tempo**

Em processo entrado em tribunal em data anterior à entrada em vigor do novo CPC, atento o propósito expresso pelo legislador na norma transitória constante do artigo 5.º, n.º 4, da Lei n.º 41/2013 em não prejudicar a expectativa probatória das partes, é aplicável o regime legal de junção de documentos previsto no artigo 523.º, n.º 2 da anterior redação do CPC – e não o regime previsto no artigo 423.º, n.º 2, do novo CPC –, ou seja, os documentos que não tenham sido apresentados com o articulado respetivo podem ser apresentados até ao encerramento da discussão em 1ª instância, sendo a parte condenada em multa, exceto se provar que os não pôde oferecer com o articulado.

#### **- CIVIL -**

#### [Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de abril de 2014](#)

##### **Enriquecimento sem causa – Factos essenciais – Ónus da prova**

Para que se constitua uma obrigação de restituir fundada no enriquecimento, não basta que uma pessoa tenha obtido uma vantagem patrimonial, à custa de outrem, sendo ainda necessário que não exista uma causa justificativa para essa deslocação patrimonial, quer porque nunca a houve, por não se ter verificado o escopo pretendido, ou, porque, entretanto, deixou de existir, devido à supressão posterior desse fundamento, quer, finalmente, porque é inválido o negócio jurídico em que assenta. O eixo diretriz da definição da ausência de causa justificativa da deslocação patrimonial tem a ver com a correta ordenação jurídica dos bens aceita pelo sistema jurídico, de modo que, de acordo com a mesma, se o enriquecimento deve pertencer a outra pessoa, carece de causa



justificativa. A diretriz genérica da distinção entre a negação motivada e a defesa por exceção consistem em que aquela pressupõe a aceitação parcial dos factos alegados, negando-se sempre a realidade do facto constitutivo, enquanto que, na última, o facto constitutivo não é negado, mas, tratando-se de factos impeditivos, tão-só, se alegam outros que, segundo a lei, infirmam os seus efeitos, no próprio ato do seu nascimento. A negação motivada não envolve para quem a faz o ónus da prova dos factos que a constituem, sob pena de colocar o réu em posição mais desfavorável do que acontece na negação simples, em que lhe não pertence o respetivo ónus da prova. A falta originária ou subsequente da causa justificativa do enriquecimento assume a natureza de elemento constitutivo do direito, pelo que, entregue uma quantia a uma pessoa e não tendo esta efetuado a restituição dessa importância, a simples prova da entrega não pode servir de fundamento para pedir a sua restituição, cabendo antes ao autor do pedido de restituição, por enriquecimento sem causa, o ónus da prova dos respetivos factos integradores ou constitutivos, incluindo a falta de causa justificativa desse enriquecimento, mesmo em caso de dúvida, cujo incumprimento se resolve em seu desfavor. Quando a ação de enriquecimento sem causa se funda na circunstância de ter sido recebida, indevidamente, determinada importância, o autor (empobrecido) precisa de demonstrar, não que não existe qualquer causa, seja ela qual for, para a prestação, mas sim que aquela ou aquelas que foram alegadas pelo réu (enriquecido), alegadas, e não, necessariamente, provadas, não existem. Não tendo o autor demonstrado o fundamento principal do pedido de restituição, por enriquecimento sem causa, decorrente da realização de um negócio usurário, mas, também, que não existe a causa da deslocação patrimonial invocada pelo réu, embora



este, igualmente, a não tenha provado, improcede o consequente pedido de restituição, por enriquecimento sem causa.

**Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de maio de 2014**

**Livrança em branco – Preenchimento abusivo – Abuso de direito**

A garantia do duplo grau de jurisdição da matéria de facto não subverte o princípio da livre apreciação da prova que está deferido ao tribunal da 1.ª instância, que dispõe de elementos na formação da convicção não demonstráveis, pelo que o controlo da Relação deve restringir-se aos casos de flagrante desconformidade entre os elementos de prova e a decisão. Na livrança ou letra a possibilidade de inscrição da quantia por extenso é, apenas, o de salvaguardar eventuais erros de preenchimento, caso em que as dúvidas interpretativas serão sanadas de acordo com a quantia aposta por extenso daí que, o montante pode ser indicado só por extenso, só por algarismos ou pelas duas formas conjuntamente-artigo 6.º da LULL. A livrança que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor sendo, pois, esse o lugar de pagamento, cfr. artigos 75.º e 76.º da LULL. Nesse título cambiário a não menção das exigências fiscais (imposto de selo) não constitui requisito essencial da livrança que importe a sua ineficácia. Numa livrança subscrita e avalizada em branco a eficácia da exceção do preenchimento abusivo fica dependente da alegação e prova de factos que o demonstrem, prova que compete àquele a quem se exige o cumprimento da obrigação. Constitui abuso do direito na modalidade de suppressio (artigo 334.º do Código Civil) a invocação da nulidade do contrato nos termos do artigo 7.º, nº 1 do Dec. Lei nº 359/91 de 21/09 (falta de entrega do contrato) considerando que, sem qualquer oposição, o mutuário foi efetuando o pagamento das prestações do veículo durante um período de 4 anos. A sentença condenatória proferida na ação inibitória a que se refere o artigo 32.º nºs 1 e 2 do D. Lei 446/85 de 25/10 se bem que possa ser invocada perante o demandado por um terceiro a quem este apresente a cláusula, não goza de eficácia total, só podendo, pois, ser oposta àquele e nunca a qualquer outro que utiliza a mesma cláusula. Os recursos são meios de modificar decisões e não de criar decisões sobre matéria nova, não submetida ao exame do tribunal de que se recorre, visando, assim, um re-estudo das questões já vistas e resolvidas pelo tribunal recorrido e não a pronúncia sobre questões novas.



## **PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

### **- LABORAL -**

**Lei n.º 27/2014, de 8 de maio de 2014**

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro. Este diploma foi objeto de um Flash Informativo – Laboral, que aborda com maior detalhe o alcance das alterações.

### **- FISCAL -**

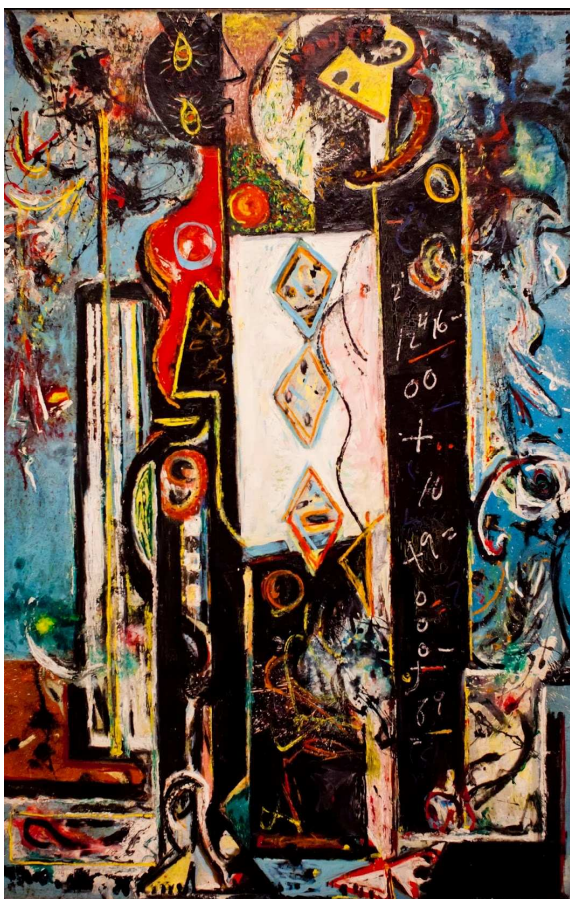
**Portaria n.º 101-B/2014, de 13 de maio de 2014**

Fixa a percentagem do Fundo de Estabilidade Tributária relativamente ao ano de 2013.

### **- ADMINISTRATIVO -**

**Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio de 2014**

Aprova um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de



necessidade de instruir pedidos ou enviar documentos com elementos já na posse ou do conhecimento de outros serviços e organismos da Administração Pública, da desmaterialização do sistema de gestão dos elogios, sugestões e reclamações dos serviços e organismos da Administração Pública, da previsão de mecanismos de avaliação pelos utentes e correspondente classificação dos locais e linhas de atendimento ao público, bem como dos portais e sítios na Internet da Administração Pública e, ainda, do estabelecimento de regras relativas à organização da presença do Estado na Internet.

Procede-se, ainda, à criação da Linha do Cidadão, na qual as demais linhas públicas telefónicas de atendimento nacional se poderão filiar, de forma a possibilitar ao cidadão que, através de um número curto e facilmente memorizável, atribuído nos termos do Plano Nacional de Numeração, possa ter um melhor acesso ao serviço público que pretenda consultar.

janeiro e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril.

Este diploma visa adequar o modo de funcionamento da Administração Pública a um paradigma de prestação digital de serviços públicos, o qual vem sendo aprofundado pelo presente Governo, designadamente através de um conjunto considerável de diplomas que alargam o número de serviços disponíveis no «balcão único eletrónico dos serviços», que se assume como ponto único de contacto entre os cidadãos ou demais agentes económicos e a Administração Pública, exigido, em larga medida, para dar cumprimento à Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Deste modo, procede-se à consolidação as políticas públicas em matéria de modernização e simplificação administrativas, atualizando os instrumentos previstos para esse efeito no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, nomeadamente através da generalização da prioridade de atendimento dos utentes com marcação prévia, do maior recurso a mecanismos de interoperabilidade para desonerar o utente da

## **- URBANISMO -**

### **Decreto-Lei n.º 66/2014, de 7 de maio de 2014**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro, que aprova o programa SOLARH, no sentido de permitir que os reembolsos dos empréstimos possam ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana.

## **- DIVERSOS -**

### **Decreto-Lei n.º 64/2014, de 7 de maio de 2014**

Procede à fixação das formalidades para a extinção, à determinação do destino da aplicação do produto da liquidação e à extinção do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/2002, de 21 de agosto.

### **Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio de 2014**

Estabelece a regra da prestação digital de serviços públicos, consagra o atendimento digital assistido como seu complemento indispensável e define o modo de concentração de serviços públicos em Lojas do Cidadão.